



Universidade Estadual de Londrina

MÁRCIA DA SILVA TOSHIMITSU

**LITERATURA INFANTO-JUVENIL DE MONTEIRO LOBATO:
UM CAMINHO PARA O APRENDER A PENSAR**

LONDRINA
2009

MÁRCIA DA SILVA TOSHIMITSU

**LITERATURA INFANTO-JUVENIL DE MONTEIRO LOBATO:
UM CAMINHO PARA O APRENDER A PENSAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucinea Aparecida
de Rezende

LONDRINA
2009

MÁRCIA DA SILVA TOSHIMITSU

**LITERATURA INFANTO-JUVENIL DE MONTEIRO LOBATO:
UM CAMINHO PARA O APRENDER A PENSAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

LUCINEA APARECIDA DE REZENDE
Prof. Orientador
Universidade Estadual de Londrina

GILMARA LUPION MORENO
Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

HELOISA TOSHIE IRIE SAITO
Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que amo e, principalmente, ao professor Léo Pires Ferreira, pelo apoio prestado a mim nesta pesquisa e pelo trabalho que ele realiza junto a crianças e adultos levando a eles a penetração do imaginário com o real, disseminando desse modo o conhecimento, que foi a grande luta de Monteiro Lobato.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me fortalecer a cada dia nesta jornada.

À minha mãe, aos meus irmãos e, principalmente ao meu marido, pelo apoio e paciência que tiveram.

Às minhas irmãs Marisa e Adriana pelo apoio que me deram.

Às minhas queridas amigas Tânia e Sarah que estiveram ao meu lado durante esse curso e que continuarão presentes em minha vida.

À minha orientadora, Lucinea Aparecida de Rezende, que me ajudou orientando no desenvolvimento e produção escrita da pesquisa;

Ao professor Léo Pires Ferreira e sua esposa Marines pelo apoio, carinho e dedicação.

Aos professores que estiveram presentes nestes anos no curso e a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente em minha caminhada.

TOSHIMITSU, Márcia da Silva. **Literatura Infanto-Juvenil de Monteiro Lobato: um caminho para o aprender a pensar.** 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo o estudo da leitura, mais especificamente da literatura infantil, pautada nas obras de Monteiro Lobato, escritor e crítico literário. Inconformado com as condições sociais e econômicas pelas quais passava o Brasil no início do século XX, Lobato encontrou na literatura uma forma de expressar o que sentia. Nas obras desse autor buscou-se possíveis caminhos para o despertar para uma leitura crítica, focalizando a seguinte questão: “que contribuições podemos encontrar na obra de Monteiro Lobato para o aprender a pensar acerca dos problemas sociais, econômicos e políticos, que a sociedade nos impõe?” a fim de compreender-se como a literatura infantil pode contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos. Para melhor compreendermos o que é leitura e literatura abordamos questões relacionadas à leitura e a escrita e a importância delas na atualidade. Apresentamos também um breve histórico da literatura infantil brasileira a partir do final do século XIX, trazendo para tanto a contribuição de autores como Silva, Lajolo, Zilberman, Cavalheiro e outros. Trata-se, portanto de pesquisa bibliográfica. As conclusões a que se chegou é que, tanto na literatura infantil quanto adulta, Lobato abordou situações da vida cotidiana de maneira lúdica e por vezes irreverente, na qual estão presentes o real e o imaginário. Porém, muito mais que a irreverência, suas obras trazem embutidas críticas de ordem política, econômica, social e pedagógica, levando o leitor a pensar e a refletir sobre a realidade, interpretando-a e questionando-a.

Palavras-chave: Leitura. Leitor. Literatura. Criticidade. Monteiro Lobato.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 LEITURA E ESCRITA: UMA PRÁTICA SOCIAL	10
2.1 LEITURA E LEITOR.....	12
2.2 LITERATURA.....	15
3 HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX	17
4 MONTEIRO LOBATO: VIDA E OBRA	27
4.1 LOBATO NAS ENTRELINHAS.....	37
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada devido à necessidade, para o desempenho da pedagogia assumida enquanto profissão, de compreender como a leitura vem sendo tratada nas escolas. Vivemos, hoje, num mundo globalizado em que as informações nos chegam em fração de segundos, pelos meios de comunicação de massa (televisão, por exemplo), ou pela Internet. Saber a veracidade dessas informações passa por leituras, pesquisa, reflexão, crítica e curiosidade desencadeada, evitando-se, assim, a alienação.

É pela prática da leitura que nos tornamos bons leitores e, assim, aumentamos nosso vocabulário, podemos progredir na escrita e nos comprometemos ou não como sujeitos, que provocam ou não transformações sociais.

Registra-se que houve interesse por este tema diante da necessidade de se dar conta das muitas leituras em vários campos do saber e, conseqüentemente, da compreensão delas, quando do meu ingresso na universidade, tendo em vista o pouco contato com a leitura durante todo o meu processo escolar.

Dada a importância da leitura, suas implicações no mundo moderno em seus mais diversos usos, contextos e expressões, permeando todo o processo de ensino aprendizagem, esta pesquisa tem como foco o estudo da literatura e como ela vem sendo tratada nas escolas, segundo alguns autores.

A idéia inicial ao desenvolver esta pesquisa foi ir a campo, ou seja, ir às escolas para fazer observações do que as crianças estavam lendo, como era dirigido o processo de leitura, incluindo entrevistas com professores e alunos.

Ao entrar em contato com as escolas, no entanto, algumas até se mostraram abertas ao estudo, porém, quando ouviam que o tema pesquisado seria leitura, desculpas como “não temos horário para isso”, “estamos com professoras substitutas e isso irá atrapalhar tanto o trabalho dela quanto o seu”, “estamos com muitos estagiários” e assim por diante, era o que se ouvia, sem contar o tempo que demorava para que a pesquisadora conseguisse falar com as diretoras dessas instituições de ensino, que depois de várias tentativas, ao conseguir ser recebida ouvia uma negativa destas.

Devido à dificuldade relatada acima e ao pouco tempo para as pesquisas dado o prazo para a conclusão do TCC, foram feitas algumas adaptações e mudado

o rumo da pesquisa. Para isso houve sempre o apoio de minha orientadora, que me propôs falar sobre Monteiro Lobato. Mesmo sem saber o quealaria dele, pois a única coisa que conhecia do autor eram as histórias do Sítio do Pica-Pau Amarelo, que marcaram minha infância, aceitei o desafio.

Conheci, por intermédio da minha orientadora, professora Lucinea Aparecida de Rezende, o professor Léo Pires Ferreira, doutor em agronomia, aposentado, especialista e apaixonado por Monteiro Lobato.

O professor Léo é um admirador e estudioso de Lobato e fala desse autor com entusiasmo, levando suas aventuras e o conhecimento às crianças das escolas de Londrina e região e também recebendo alunos em sua casa, sempre e incansavelmente, com o tema gerador “Monteiro Lobato”.

Esse contato com o professor Léo Pires Ferreira levou-me a querer conhecer o que Monteiro Lobato tinha de tão especial e qual foi sua importância para a história da literatura infantil brasileira.

Estive algumas vezes em entrevistas com o professor Léo Pires Ferreira, o suficiente para que ele me contagiasse de Lobato, como ele mesmo diz.

O professor Léo, desde 1983, com o apoio da Secretaria da Educação municipal, profere palestras sobre o autor nas escolas da região de Londrina, tanto para professores quanto para alunos. Ele fala da mesma história com olhar diferente para cada faixa etária. A sua maneira de falar sobre o escritor leva-nos a admirá-lo e a querer buscar saber mais sobre Monteiro Lobato e sua literatura.

Segundo o professor Léo, o que o motiva é ver os olhinhos brilhantes das crianças ao falar de pirlimpimpim e também do conhecimento que pode disseminar junto às pessoas o que foi a grande luta de Lobato. Atualmente, mesmo com a saúde debilitada, ele continua a falar de Lobato e a receber alunos em sua casa.

No que diz respeito a trazer para o foco destes estudos o escritor Monteiro Lobato, deveu-se à riqueza de suas obras. Durante a sua trajetória de vida, o autor encontrou na literatura uma forma de expor sua paixão pelo Brasil e ao mesmo tempo informar os cidadãos sobre os problemas sociais pelo qual o País passava à época. Problemas esses que eram encobertos por outros escritores que, por suas obras, ostentavam um país maravilhoso, sem problemas.

Segundo Lobato, a riqueza do Brasil estava embaixo da terra. Ele tentou de todas as formas provar que havia petróleo no País, e que só por meio da exploração deste viria o progresso e o País sairia da miséria.

Acredita-se que com este estudo será possível oferecer subsídios para que os profissionais da área da educação possam ampliar seus conhecimentos acerca do assunto, explorando, continuamente, a literatura infantil no processo do ensino e da aprendizagem.

Trata-se, portanto, de pesquisa de cunho bibliográfico. Procurou-se analisar a literatura de José Bento Monteiro Lobato, um dos maiores escritores e críticos da literatura brasileira do início do século XX, cujas obras continuam ainda atuais.

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como a literatura infantil pode contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos. Como objetivos específicos visa-se identificar na obra de Monteiro Lobato elementos que são desencadeadores de reflexão acerca dos problemas sociais, econômicos e políticos e identificar as condições sociais da leitura, ou seja, como ela se dá nas diferentes classes sociais.

Abordam-se no primeiro capítulo questões relacionadas ao surgimento da leitura e escrita e o que é leitura, segundo alguns autores selecionados. Abordam-se também as origens da literatura.

No segundo capítulo, busca-se resgatar um pouco da história da literatura infantil no Brasil, a partir do final do século XIX, e quais as ideologias presentes nas obras de autores da época.

No terceiro capítulo, focaliza-se o problema da pesquisa: que contribuições podem ser encontradas na obra de Monteiro Lobato para o aprender a pensar acerca dos problemas sociais, econômicos e políticos que a sociedade impõe.

2 . LEITURA E ESCRITA: UMA PRÁTICA SOCIAL

Embora a leitura seja tão antiga quanto a humanidade, com a evolução da escrita as duas tornaram-se interligadas e indispensáveis nos tempos modernos.

Muito antes de a escrita existir, os povos utilizavam a oralidade para transmissão da cultura, bem como de rituais e da dança, se orientavam pelo sol, pelo vento, pelas estrelas, interpretavam os sons e a fumaça, porém, assim que surgiu a escrita buscou-se toda significação nas letras, no texto. Quem dominava a escrita tinha certo *status*, e mesmo que viesse das camadas mais populares, poderia circular entre a aristocracia.

Segundo Zilberman e Silva (1988), a escrita era utilizada pelos cretenses e aqueus, principalmente para que a nobreza pudesse contabilizar seus bens. Após o século IX a.C., os descendentes desses povos, os helenos, foram se apropriando do

Silabário dos fenícios, povo, como o outro, também constituído de mercadores, e transformaram-no num alfabeto, adaptado às suas necessidades de comunicação verbal e comercialização de produtos agrícolas e artesanais. (ZILBERMAN; SILVA, 1988, p.12).

A utilização da escrita surgiu por motivos econômicos, mas sua generalização se deu somente após o século IV a.C., “quando ocorre ainda a fixação da literatura produzida pelos poetas e pensadores gregos”. (ZILBERMAN; SILVA, 1988, p.12).

A leitura no sentido que a concebemos hoje,

[...] associa-se desde seu aparecimento à difusão da escrita, à fixação do texto na matéria livro (ou numa forma similar a essa), à alfabetização do indivíduo, de preferência na fase infantil ou juvenil da sua vida, e a adoção de um comportamento mais pessoal e menos dependente dos valores tradicionais e coletivos [...]. (ZILBERMAN; SILVA, 1988, p. 12).

Para que houvesse a alfabetização da criança, principalmente na fase infantil, houve a necessidade da criação de um órgão específico para o ensino da leitura e da escrita, ou seja, a escola. Esta, no entanto, só começou sua expansão a partir do século XVII, e aos poucos atingiu todos os segmentos da sociedade.

O sentido de educação muda conforme muda a sociedade. Na Grécia, a *Paidéia* conferia *status* à nobreza. Já no estado burguês, a educação, pelo menos

teoricamente, serviria a todas as classes sociais, como um processo de democratização, na verdade para dizer que todos tinham acesso igual à educação, no entanto, para sua ascensão dependeria do esforço individual.

Logo após a Revolução Industrial, já então na sociedade capitalista, a industrialização requeria trabalhadores que tivessem um mínimo de conhecimento da língua escrita para poder operar as máquinas, não havia uma alfabetização conhecida como hoje, no seu sentido mais amplo. Nesse contexto, surgiu a escola pública, mas a esta caberia apenas a transmissão dos rudimentos da língua escrita, sem a preocupação de formar o indivíduo para exercer sua cidadania.

A leitura ficou associada somente à alfabetização, ou seja, à decodificação dos códigos lingüísticos. Isso continua de certa forma, até nossos dias, visto que a importância que a leitura tem na escola fica somente no plano da apreensão e do domínio desta, apreensão que se dá conforme Zilberman e Silva (1988), por meio do livro didático, sem fazer relação com outros tipos de textos, sem ampliar o universo cultural da criança.

Há também a questão econômica, que dificulta o acesso à leitura entre as camadas populares, como relata Silva (2003):

Cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil e retorna ao “estado da natureza”, que é o estado da necessidade, marcada pela exclusão. [...] Legiões de adultos [...] perdem direitos já conquistados [...] o direito ao trabalho, enquanto legiões de jovens deixam a adolescência sem terem tido a capacitação necessária para se inserir no universo contemporâneo do trabalho e da cultura. (SILVA, 2003, p.10)

Nesse cenário, o acesso à leitura se daria nas escolas e nas bibliotecas públicas, porém há também a falta desta última e faltam pessoas capacitadas e acervos o suficiente para o atendimento da população. Na escola a situação também não é muito diferente, aliado ao fato de haver professores despreparados para orientar o aluno.

Sem ter tempo para preparar aulas que sejam realmente significativas para os alunos, os professores acabam reproduzindo a ideologia dominante, tão presentes nos livros didáticos e que muitas vezes nada tem a ver com a realidade da maioria da população, formando cidadãos sem consciência crítica, preparados para o mercado de trabalho, como mão de obra barata, como quer a lógica do capital.

Segundo Soares (1988), dependendo da condição social, a leitura pode ter valores diferentes, ou seja, para as camadas populares ela pode ser vista como um meio de conseguir um emprego melhor, de progredir, já para as classes abastadas a leitura é vista como um lazer, como ampliação de novos horizontes.

Ainda segundo Soares (1988), como a classe dominante tem o privilégio da posse e do uso da escrita, esta pode estar carregada de ideologia e, portanto a apropriação do discurso dos dominantes pelas camadas populares pode fazer com que essas percam seus valores, seus ideais e adotem os valores e as ideologias da classe dominante e se tornem, assim, alienadas. Como exemplo pode-se citar o livro didático, que é o livro de mais fácil acesso a todas as crianças em idade escolar e que, na maioria das vezes, nada tem a ver com a cultura local na qual a escola está inserida.

Seguindo a lógica desse pensamento, poder-se-ia até supor ser a leitura um mal às classes menos favorecidas. Mas, assim como a educação é marcada por ideologias, assim como a escola é espaço de ensino e ao mesmo tempo de contradições, a leitura, bem como a produção de texto, segundo Foucambert (1994), se tornam ferramentas do pensamento de uma experiência renovada e supõem a busca de novos pontos de vista sobre uma realidade mais ampla. Mas, para que isso aconteça, é necessário, segundo Freire (1999), que o leitor aprenda a ler o mundo em que vive, com o seu contexto, para depois fazê-lo a partir do olhar do outro.

Isso se dá também com a ajuda do professor, que além de dizer que “Ivo viu a uva”, mostra aos alunos leitores menos experientes que das mãos do homem que faz a semeadura nasce a uva, da uva vem o vinho que é feito desde a fabricação artesanal até grandes fábricas e que essas empregam outros homens; enfim, é fazer uma leitura crítica através da compreensão do texto, percebendo as relações entre texto e contexto.

2.1 LEITURA E LEITOR

É por meio da leitura que descobrimos o mundo, compreendemos e interagimos com as pessoas, sendo ela responsável pela aquisição de conhecimentos dos indivíduos.

Silva diz que:

O texto literário, que foi articulado por um escritor através de operações estruturantes e que é matéria lingüística preñe de significado, agora se oferece à curiosidade do leitor para o trabalho complementar da leitura, para a partilha da experiência criadora. [...] o sujeito leitor, a partir do seu repertório de vivências, confronta o texto literário com o intuito de construir seu significado e chegar aos referenciais que demarcam o seu contexto, ou seja, os referenciais de mundo pretendidos pelo autor. (SILVA, 1986, p.25).

Nesse sentido, é importante que o leitor aprenda a ler o mundo em que vive, ou seja, o seu contexto, para depois ler o mundo a partir do olhar do outro. Assim, a leitura, a partir da relação texto e contexto, passa a ser um processo de interação, um diálogo entre leitor e autor.

Segundo Freire (1999), a importância do ato de ler implica não apenas a quantidade, mas a qualidade da leitura. O autor ressalta a importância de adentrarmos nos textos, de criarmos uma disciplina intelectual para a viabilização de nossa prática enquanto educadores e educandos.

Leitor é aquele que, ao entrar em contato com a leitura, viaja em sua imaginação, fazendo o cenário da história, dando vida e forma aos personagens.

Conforme Bandeira:

Menino santista, caçula com irmãos muito mais velhos, não me lembro de sentir-me solitário, pois logo vivi cercado por uma multidão de companheiros: cacei onças com meu amigo Pedrinho, mergulhei nas águas claras dos riachos com minha namorada Narizinho, rolei de rir com as “asneiras” da Emília, voei em cipós com Tarzan e seus macacos, esgrimi contra os aristocratas com Scaramouche e contra os “guardas do cardeal” com Dartagnan, estive preso na ilha de If com o Conde de Montecristo, fugi de Javert com Jean Valjean, sobrevivi numa ilha deserta com Robinson Crusoe, persegui Moby Dick com um comandante maluco de uma perna só, fui enganado pelo fantástico pirata Long John Silver, ajudei Miles Hendon a proteger o príncipe nas roupas do mendigo, vagabundeei pelo Mississipi com Huck e Tom Sawyer, demoli moinhos de vento com a lança de Don Quixote, espionei Arsène Lupin roubando colares de diamante, ajudei Quasimodo a badalar seus sinos pelo amor da cigana Esmeralda, enregelei-me no Alasca afagando o pêlo espesso de Caninos Brancos e cavalguei destemido pelos pampas gaúchos na companhia de Rodrigo Cambará. Que trabalhadeira! Quantos amigos! Que gostoso! (BANDEIRA, 2006, p. 1)

Assim deve ser a leitura. Devemos fazê-la como uma viagem, como um modo de se comunicar, de dialogar. Em um momento de leitura, pode-se vivenciar diferentes sensações, sentimentos, pensamentos, discutir ou aceitar, agir ou esperar.

Silva nos diz que:

A leitura de diferentes tipos de texto exige do educando o domínio de habilidades, que resultam de prática de aprendizagem no transcorrer de sua trajetória escolar. Para questionar, discutir e criticar um texto, por exemplo, os educandos precisam vivenciar situações de questionamento, discussão e crítica junto com seus companheiros e com a participação do professor. (SILVA, 2005, p.87).

Para que isso aconteça, é necessário que o educador não fique preso somente ao livro didático com interpretações de texto que mais parecem uma atividade mecânica, um “*copia e cola*”, a respeito da qual o aluno não precisa pensar sobre. É necessário que o educador tenha o livro didático como mais um dos instrumentos que ajudam no processo de ensino e na aprendizagem, disponibilizando aos alunos vários textos com diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto para que eles percebam diferenças entre um e outro, fazendo indagações.

Segundo Dionísio (2008), um leitor crítico é aquele capaz de compreender que aquilo que lê é fruto de uma abstração de uma realidade mais ampla e por isso deve:

[...] ser capaz de interrogar os pressupostos e ideologias que estão inscritos nos textos assim como os pressupostos que eles, como seres socioculturais, trazem para os textos: de quem é esta voz? Quem é silenciado? Que realidade é apresentada? Que realidade é ignorada? Como estou a ser construído por este texto e o que é que ele pretende de mim? (DIONISIO, 2008, p.75)

Ou seja, deve se posicionar frente aos fatos e às idéias que são apresentados nos textos.

2.2 LITERATURA

Tão importante quanto saber a origem da escrita e da leitura é saber como surgiu e o que se entende por literatura.

A literatura, segundo Guido (2004), é a arte da palavra e esta pode ser tanto falada como escrita “No mundo das letras, a palavra torna-se literatura ou a representação artística do cotidiano, pelo trabalho das mãos do escritor” (GUIDO, 2004, p. 135).

Quando a literatura surgiu no mundo antigo desempenhou função histórica, pois os poemas contavam os feitos extraordinários de um povo, como a *Ilíada* e a *Odisséia*.

Depois, a literatura passou a abordar as situações da vida cotidiana, cujos poetas as representavam nas tragédias ou transformando-as em situações cômicas.

Desse modo, a literatura passou a exercer função social. Na sociedade antiga, as obras literárias não tinham um fim em si mesmo, eram um bem público, pois encenadas no teatro.

Os atores usavam máscaras para poderem se libertar de suas individualidades e se “libertavam para encarnarem as vidas das suas personagens que eram inspiradas em pessoas reais”. (GUIDO, 2004, p. 138).

Como as peças encenadas traziam o drama das relações humanas, as máscaras tinham também a função de evitar que alguém da platéia pudesse se identificar no seu drama pessoal.

Ainda segundo Guido (2004), havia uma outra máscara, utilizada pelo ator.

Atuando, o ator utilizava-se de uma segunda máscara além daquela primeira que lhe cobria e protegia o rosto, o texto literário é a segunda máscara que dá novas feições para algo que é conhecido de todos, esta segunda máscara tira e encobre o perfil mundano do cotidiano para no seu lugar destacar a sublimidade da vida humana. A vida é arte. (GUIDO, 2004, p. 138)

Também para Coelho (1991), literatura é “arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde sonhos e a vida

prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização...” (COELHO, 1991, p.24).

Segundo Coelho (1991), dificilmente se poderá entender a literatura com precisão porque, “Cada época compreendeu e produziu Literatura a seu modo. Conhecer esse “modo” é, sem dúvida, conhecer a singularidade de cada momento da longa marcha da humanidade, em sua constante evolução” (COELHO, 1991, p.24).

Para Coelho (1991), a literatura para crianças está impregnada de valores e ideais que cada sociedade em seu tempo considerava e considera importante transmitir às suas crianças.

3 . HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX

Neste capítulo, analisa-se a história da literatura infantil no Brasil, a partir do final do século XIX. Como a história não acontece linearmente, durante a pesquisa percebe-se um vai e vem nesse contexto histórico, o que torna difícil retratar a história da literatura.

O País passava por um período de modernização, porém mal havia acabado de abolir a escravatura. A base da economia era estruturada nos grandes latifundiários, na monocultura e na exportação de matérias-primas. É nesse contexto que surgem autores como o nacionalista Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Raul Pompéia e o também nacionalista, porém mais crítico e realista, Monteiro Lobato, entre outros, cada um com um estilo próprio de falar.

No final do século XIX e no início do século XX, as obras literárias que existiam no Brasil eram traduções e adaptações de histórias européias editadas em Portugal, o que dificultava a leitura e a compreensão por parte das crianças brasileiras. Além dos contos de fadas, que eram importados da Europa, ocorreu também, conforme apontam Lajolo e Zilberman:

A apropriação brasileira de um projeto educativo e ideológico que via no texto infantil e na escola [...] aliados imprescindíveis para a formação de cidadãos. Esse fenômeno, que começou a ser mais sistematicamente desenvolvido entre nós a partir da República, nasceu na Europa, onde apareceram várias obras que, cada uma a seu tempo, inspiraram autores brasileiros”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.32).

As obras referidas pelas autoras são: “Lê tour de la France par deux garçons”, de G. Bruno, de 1877, e “Cuore”, do italiano Edmond de Amicise, de 1886. Ambas têm a criança como personagem central. A primeira traz como lição que a verdadeira felicidade está no amor à pátria, ao trabalho e à família. A segunda obra, a italiana, traz “o patriotismo, o amor e o respeito à família e aos mais velhos, a dedicação aos mestres e à escola, a piedade pelos pobres e fracos”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 33). Eram esses os ideais que a literatura brasileira dessa época trazia para as crianças.

Segundo Lajolo e Zilberman (1991), surgiram no Brasil discussões a respeito da necessidade de se ter uma literatura infantil brasileira. Alguns autores brasileiros traduziram e adaptaram histórias para o público infantil, mas somente com o surgimento de vários programas de nacionalização da literatura européia é que em, 1894, o pedagogo brasileiro Figueiredo Pimentel inaugura a coleção Biblioteca Infantil Quaresma com os “Contos da Carochinha” e faz circular obras européias para as crianças brasileiras com diferentes e progressivas adaptações.

Em 1915, segundo Lajolo e Zilberman (1991), a editora Melhoramentos inaugurou a Biblioteca Infantil, que tinha como diretor o educador Arnaldo de Oliveira Barreto. A editora publicou “O patinho feio”, primeiro volume de sua coleção.

De acordo com Lajolo e Zilberman (1991), a partir das adaptações da literatura européia, os escritores brasileiros se consolidam na criação de similares nacionais, no entanto as criações continuaram a tratar da obediência das crianças frente aos mais velhos, como podemos perceber na “A revolta do galinheiro” de Viriato Correia, de 1930, que fala do insucesso da revolução causada por um galo e seus seguidores. Somente os mais velhos, galos e galinhas, não fugiram. No final, os revolucionários são atacados por uma raposa e os sobreviventes retornam ao galinheiro e são repreendidos pelos mais velhos, que haviam ficado.

Essa história alude ao conformismo, conforme relatam as autoras Lajolo e Zilberman:

A história tem evidente sentido conformista, mostrando a sabedoria dos mais idosos e o valor da acomodação e segurança. Destinada às crianças, desautoriza-as de imediato, pois propões que a inventividade e o espírito aventureiro e criador são apanágio de indivíduos frágeis, como é frágil o leitor perante o mundo adulto, cujos comportamentos e valores são, segundo o texto, seguros e sábios. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 62)

A obra italiana de G. Bruno foi adaptada por Olavo Bilac e Manuel Bonfim em “Através do Brasil” em 1910, e se tornou leitura obrigatória de várias gerações de leitores brasileiros. Junto com esta veio a idéia de fazer obras voltadas à leitura escolar onde poderiam ser inculcados valores como civismo e patriotismo, como podemos perceber neste trecho da literatura de Olavo Bilac:

De repente, a música tocou os primeiros compassos do hino nacional. Um vento brando, vindo do mar, agitou a bandeira brasileira, que estava no centro de um pelotão. A bandeira desdobrou-se, palpitou no ar espalmada, com um meneio triunfal. Parecia que o símbolo da Pátria abençoava os filhos que iam partir, para defendê-la. E, então, ali, a idéia sagrada da Pátria se apresentou nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele, compreendendo enfim que sua vida valia menos do que a honra de sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada como as madrugadas de sua terra. (BILAC, Olavo; NETO, Coelho, 1930, p.95).

Não só a literatura infantil era carregada de ideologia como a não-infantil, esta consagrava a natureza com o objetivo de despertar um sentimento nacionalista e de subserviência à pátria, como é possível observar no poema de Olavo Bilac,

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos,
Vê que vida há no chão! Vê que vida há nos ninhos
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
Quem com seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!
Criança! Não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste! (BILAC, Olavo, 1949,
p.123-4)

O livro "Saudade", de Tales de Andrade, publicado em 1919, reforça de forma radical a exaltação da natureza. Essa obra, segundo Lajolo e Zilberman,

Endossa e propaga a imagem de um de Brasil que encontra na agricultura sua identidade cultural, ideológica e econômica [...] é a apologia [...] por intermédio da agricultura [...] acenadas como resultado social do programa político que o livro abraça. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p 40).

Contrariando essa euforia rural, é publicada em 1918, uma obra não infantil: “Urupês”, de Monteiro Lobato. Nela, o autor faz vir à tona um contexto de miséria e violência, que até então vinha sendo encoberto por alguns autores.

Segundo Lajolo e Zilberman (1991), merece destaque também, e igualmente denunciando o sistema, a obra de Lima Barreto: “O triste fim de Policarpo Quaresma”.

Somente após 1930, com o lançamento de “Reinações de Narizinho” de Monteiro Lobato, é que se pode dizer que começou um novo ciclo na literatura brasileira, surgindo novos escritores como Viriato Correia com seu livro “Cazuza” em 1938, que obteve grande sucesso entre as crianças.

A partir de então o enriquecimento da literatura infantil brasileira se deu sob vários aspectos, os escritores se utilizaram tanto de histórias populares como de folclore, o que fez com que a produção crescesse e atraísse o interesse das pessoas pelas obras.

O fato do aumento do interesse pelos livros, segundo Lajolo e Zilberman (1991), está relacionado também a fatores sociais como a estabilização da classe média devido à industrialização e à modernização, tanto econômica como administrativa, pelas quais passava o País em meados de 1940, ao aumento da escolarização de camadas da sociedade e a influência da revolução modernista que deu novo destaque à literatura e à arte no Brasil.

Contudo, no ano de 1942, de acordo com Lajolo e Zilberman (1991), em um balanço feito por Lourenço Filho na Academia Brasileira de Letras a respeito da literatura infantil, das 605 obras de diversos gêneros existentes na época, 434 eram de traduções e adaptações grosseiras e do restante, pelo menos metade era de péssima qualidade tanto pela concepção e estrutura como pela linguagem.

Porém, o mercado já estava conquistado e os novos autores tinham que mantê-lo interessado. As décadas de 1940 e 1960 são marcadas por profissionalização e especialização tanto dos escritores como das editoras e segundo Lajolo e Zilberman (1991, p.86), esse período marca “o processo de industrialização que acompanha, em paralelo, a história dos livros para a infância no Brasil”.

Lajolo e Zilberman (1991), afirmam que:

[...] após a fase de estruturação do gênero através de iniciativas pioneiras e corajosas como a de Monteiro Lobato, o momento seguinte foi uma etapa de produção intensa e fabricação em série, respondendo de modo ativo às exigências crescentes do mercado consumidor em expansão. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.88)

Na década de 40, surge uma nova geração de ficcionistas e poetas, estes últimos batizados como Geração de 45 e, segundo Lajolo e Zilberman (1991), assumiram características contrárias às impostas pelo Modernismo,

Considerado em contraposição ao núcleo organizador da Semana da Arte Moderna, [...] eles eram simultaneamente modernos, porque realizavam uma poética que se opunha às normas em vigor, e conservadores, porque reabilitavam padrões atribuídos à literatura parnasiana (valorização das formas métricas e ênfase no verso como unidade mínima do discurso poético) e simbolista (relevância dada aos recursos sonoros e posicionamento intimista do sujeito criador, que fala, sobretudo de si e seu mundo interior). (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.92)

Aliado a isso, os poetas buscavam um modo mais formal e solene no trato da palavra literária como mostra o texto de Carlos Drummond de Andrade publicado em 1945 “Procura da poesia” na obra “A rosa do povo”.

Segundo Lajolo e Zilberman (1991), na ficção, nos anos 40, Clarice Lispector e João Guimarães Rosa são tidos como os mais conceituados ficcionistas da moderna literatura brasileira, com seus respectivos livros “Perto do coração selvagem”, de 1944, e “Sagarana”, de 1946, que renovam a prosa regionalista. Merecem destaque também nesse gênero Autran Dourado, Osman Lins e Lígia Fagundes Teles.

Desse modo é rompido o ciclo do romance realista dos anos 30 e,

O caráter social da literatura é recuperado por outra via – a do diálogo com um ouvinte imaginário, introduzido pelos protagonistas e narradores de *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa [...] assinalando o apelo ao leitor e a porta de entrada ao universo ficcional. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.92).

Na década de 50, a ficção histórica retorna nas obras de Francisco Marins, Baltazar de Godói Moreira e Virgínia Lefèvre. Ganham destaque também Clemente Luz, Renato Sêneca Fleury e Cecília Meireles. Nesse período, ainda prevalecem as histórias que se passam no campo ou na floresta.

No período de 1940 a 1960, há esforços, principalmente de empresários, em elevar tanto a produção como a circulação da arte brasileira ao nível da arte dos países desenvolvidos. Nesse sentido, os empresários paulistas Franco Zampari e Francisco Matarazzo patrocinaram a fundação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz e do Teatro Brasileiro de Comédia, este visando a qualidade dos textos encenados de reconhecimento artístico ao contrário do que existia até então.

No cenário de crescimento da cultura surge, em 1950, a TV Tupi, inaugurada por Assis Chateaubriand, em São Paulo, e vieram depois a TV Paulista, em 1952 e, em 1953, a TV Record e no Distrito Federal a TV Rio.

A produção de revistas de informação é dinamizada, surgem as revistas em quadrinhos americanas, lideradas pelo Pato Donald e publicadas pela Editora Abril, em 1950. As obras estrangeiras trazidas pela Companhia Editora Nacional e Globo passam a concorrer com a literatura brasileira.

A cultura popular, tanto a urbana como a rural, é relegada a segundo plano. A conquista do modernismo, no sentido da expressão coloquial, perde lugar, dando vez à chanchada, ao teatro rebolado, ao samba, nos quais predominavam a gíria e a improvisação. (Lajolo e Zilberman, 1991)

Desse modo “a cultura erudita, que se refina e estiliza de modo crescente e desprovido da cultura popular, de que até então, eram produtores” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.95), faz com que a população de baixa renda, tanto a urbana como a rural, passem a usufruir apenas e tão somente da cultura de massa, a TV.

Assim, a literatura infantil que se tornou:

[...] popularizada nas décadas de vigência da arte modernista, defronta-se agora com dois tipos de competidores [...] De um lado, depara-se com o empenho pela elitização da cultura [...] isto a coloca, enquanto gênero considerado menor, na defensiva, tendo de depender de escritores sem maiores aspirações a glórias literárias, mas, ainda assim, eficientes na arte de capturar leitores assíduos. De outro, concorre, no gosto desses mesmos leitores, com a cultura de massas, que, dispondo de canais mais poderosos e internacionais, avança de modo irreversível sobre os hábitos intelectuais de consumo do homem urbano. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.96)

Nos dias atuais, a literatura infantil não só concorre com a cultura de massa como também com as novas tecnologias como vídeo games de última geração, e principalmente, com a Internet, que traz informações muito mais rápidas com apenas um “clic”.

Surgem nos anos 60 e 70 várias instituições e programas como Fundação do Livro Escolar, de 1966; Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, de 1968; Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil de 1973; Associações de professores de Língua e Literatura e da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil de São Paulo em 1979, com o objetivo de promover maiores discussões sobre a literatura infantil.

Durante os anos 70, o Instituto Nacional do Livro e a Mobilização do Estado, através de convênios e parcerias com entidades privadas, se unem para promover aumento na produção de textos para atender a população escolar, pois havia uma preocupação desses órgãos com o baixo índice de leitura dessa população.

O resultado dessa mobilização não só fez aumentar a quantidade de livros destinados às escolas como fez surgir também, acompanhando os mesmos, algumas sugestões didáticas como fichas de leitura, questionários e tantas outras receitas de compreensão dos textos, que são utilizadas ainda hoje em muitas escolas brasileiras e muito criticadas por estudiosos da área.

Essa euforia culminou também no crescimento de um mercado especializado e uma rápida profissionalização de escritores no que diz respeito à produção de

livros para crianças, no entanto nem sempre a qualidade dos mesmos era questionada.

Como o mercado de livros para crianças se tornou promissor, surgiram até profissionais na área sem nenhuma experiência com o público infantil. Vieram também autores consagrados e prestigiados como Mario Quintana, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes e Clarice Lispector, como apontam Lajolo e Zilberman (1991).

Segundo Lajolo e Zilberman (1991), a literatura infantil contemporânea traz a herança de Monteiro Lobato no que diz respeito à ficção dos temas urbanos do Brasil como suas crises e problemas sociais, encerrando uma fase da literatura que pregava a obediência das crianças bem como a visão de um país maravilhoso sem crises.

Esse modo de contar pode ser também percebido nas obras de Odette de Barros Mott em “Justino, o retirante” de 1970, que foge da seca do nordeste e também na “A rosa dos Ventos” de 1972, cuja história é a de um morador de periferia que tem sua ruína nas drogas. Em relação a essas duas obras, na primeira, o personagem tem a alternativa de fugir da seca, já na segunda, o personagem é derrotado pela dependência das drogas.

A partir de então, tais temas se vão fazendo presentes na literatura e retratam a realidade brasileira, como na obra de Henry Correia de Araújo “Pivete”, de 1977, que traz pobreza e marginalização; “Lando das ruas” (1975) de Carlos Marigny; “Os meninos da Rua da Praia” (1979) de Sérgio Caparelli, entre tantas outras obras.

Tem também a irreverência de Ruth Rocha “em suas histórias irônicas que têm o contorno nítido da fábula e da alegoria” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.127). E Ana Maria Machado que traz uma “[...] proposta explícita de uma história de fadas invertida, onde o príncipe se casa com a pastora e a princesa vai cuidar de sua vida” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.127).

Segundo Dieguez (2008), a partir de 1980 a literatura infantil brasileira passou por um grande crescimento, surgiram bons escritores, e houve melhores investimentos das editoras tanto na produção como na distribuição e promoção da mesma.

De acordo com Cunha (2008), Lygia Bojunga Nunes e Ana Maria Machado foram pioneiras da explosão editorial nos anos de 1980, e ao lado de nomes como Ruth Rocha, João Carlos Marinho, Joel Rufino dos Santos, Sylvia Orthof e Ziraldo Ângela Lago, segundo Cunha (2008):

[...] criam não só uma linguagem literária mais apurada e mais brasileira, mas uma narrativa que aborda, por meio do humor e da fantasia, situações inusitadas até então nas histórias infantis e juvenis, com discussões menos e mais implícitas sobre gênero, autoritarismo (em qualquer de suas formas: política, escolar ou familiar) e todos os tipos de preconceito. (CUNHA, 2008, p.9)

Toda essa renovação na literatura infantil brasileira, segundo Dieguez (2008), resultou em diversas premiações e em muitas edições fora do Brasil. Grande importância deve ser dada à atuação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil que promove e desenvolve diversos projetos como seminários, salões, premiações como “O Melhor para Crianças e Jovens”, com o intuito de promover a leitura, divulgando a literatura infanto-juvenil brasileira de qualidade.

Um dos exemplos, segundo Dieguez (2008), é o Prêmio Hans Cristian Andersen, considerado o Nobel do gênero, que é uma iniciativa da organização suíça International Board on Books for Young People (Ibby – organização internacional de literatura infantil e juvenil) onde a FNLIJ indica os concorrentes brasileiros. O prêmio já homenageou Lygia Bojunga Nunes com a obra “Sofá Estampado”, de 1982, e Ana Maria Machado pelo conjunto da obra, em 2000. Esta autora já escreveu mais de cem livros, traduzidos em 17 países com um total de 1,8 milhões de exemplares vendidos.

Começa também nos anos de 1980 e se fortalece nos dias atuais “[...] uma produção que registra nossas raízes de marca indígena e negra e que atinge sua força máxima nos dias atuais, quando a diversidade cultural e o multiculturalismo surgem como a maior prioridade da Agenda 21 da Cultura”. (CUNHA, 2008, p.10).

Nesse sentido, pode-se citar autores como Antonieta Dias, que reunia e recontava contos e lendas indígenas e também Ciça Fitipaldi que, ainda hoje,

registra e divulga a cultura indígena ao lado dos próprios representantes desta como Daniel Mundurucu, Kaká Werá, entre outros.

Podem ser citados também Rogério de Andrade Barbosa, especialista em recontar histórias africanas, e Ricardo Azevedo e Roger Mello, responsáveis por tantas outras narrativas da cultura popular brasileira.

O que, segundo Cunha (2008), “talvez seja essa a característica maior da literatura do Brasil hoje: a busca de histórias tradicionais das mais diferentes culturas, que mostrem, afinal, nosso traço comum de humanidade” (p.10).

4. MONTEIRO LOBATO: VIDA E OBRA

Diante das leituras realizadas sobre Monteiro Lobato, percebe-se que é impossível falar da vida do escritor sem falar de sua literatura, pois tudo o que fez ou pensou foi voltado para ela, como veremos nas próximas linhas.

José Bento Monteiro Lobato nasceu em 1882, na cidade de Taubaté, interior de São Paulo. Ficou órfão de pai aos 15 anos e de mãe aos 16 e por vontade do avô formou-se em Direito, atuou como promotor público até tornar-se fazendeiro, depois de receber a herança com a morte do seu avô. Além de ser advogado, promotor público, fazendeiro, Lobato também era contista, ensaísta, editor e tradutor.

Aos 14 anos de idade, Lobato já escrevia pequenos artigos no jornalzinho estudantil chamado “O Guarani”, fundado no colégio. Passou a escrever também em jornaizinhos de Taubaté: “Poemas da Juventude”, “Tilcara”, “E Amanhã?”, “Guaxará”, “O Teu Retrato”, entre outros. Assina sempre com pseudônimos, um deles é Gustavo Lannes. Foram as leituras de José de Alencar, Coelho Neto, Herculano, Catulle Mendés e Daudet que o influenciaram nessas suas primeiras produções.

Gostava de crônicas, poesias, contos e desenho e se divertia fazendo caricatura dos mestres e discípulos. (Cavalheiro, 1955).

Lobato entrou em conflito com o avô, que não via outro caminho para o neto que não o de bacharel, mas Lobato queria a Escola de Belas Artes, pois queria ser pintor. Não conseguiu, optou então pela Escola de Engenharia. Porém, nessa época, “[...] para uma família tradicional, o caminho mais nobre, mais digno, mais de acordo com todas as aspirações, era o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais”. (CAVALHEIRO, 1955, p.61). Contrariado, Lobato fez uma concessão ao avô. Segundo Cavalheiro (1955), essa foi a única concessão feita durante toda a sua vida.

Em 1900, aos 18 anos de idade, entra para a Faculdade do Largo de São Francisco, formou-se em direito no ano de 1904. Eis o que diz Lobato sobre o curso:

Fiz [...] ato de presença na Academia, no “quantum satis” para obter diploma – mas está claro que em vez de aproveitar o miolo dos meus lentes, aproveitei-lhes as caras, como modelos vivos das minhas caricaturas. Lembro-me dum exemplar dos “Direitos e Obrigações”, dum cacetíssimo Lacerda de Almeida, que illustrei inteirinho nas aulas do insigne mestre Dino Bueno. Foi de todos os

meus lentes o mais amado, como modelo. Sua feiúra proporcionava-me os melhores desenhos. Durante todo o ano letivo trabalhei nessas ilustrações uma hora por dia. [...] Nas páginas em branco do começo e do fim, construí desenhos grandes e complexíssimos [...] O principal era em homenagem à Peroba, rija madeira de lei de sabor amargo. A minha idéia sobre todos aqueles professores devia ser que não passavam duns “perobas”. Mas houve duas exceções. Adorei Pedro Lessa e nunca perdi uma palavra de Almeida Nogueira. Eram artisticamente inteligentes. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.63)

Pedro Lessa lecionou no primeiro ano do curso a disciplina “Filosofia do Direito”, e Almeida Nogueira lecionou “Economia e Finanças” no quarto ano, considerados por Lobato “artisticamente inteligentes” porque ambos eram voltados às coisas literárias e a linguagem que falavam era a que desejava ouvir.

Diante da pasmeira do curso, Lobato aderiu às idéias dos amigos em fundar uma associação acadêmica, fundaram então a “Arcádia Acadêmica”, que tinha como objetivo promover sessões literárias. Nessa época, já escrevia contos e crônicas, concorreu e ganhou em primeiro lugar o concurso de contos na Faculdade, “Gens Ennuyeux” (Gente Aborrecida). Amadeu Amaral, jurado do concurso e que deu a vitória a Lobato, fez o seguinte discurso:

Quanto aos contos, se é que a algum dos dois em questão cabe em rigor esse nome (refere-se ao outro concorrente de Lobato), é menos fácil a escolha. Cada um com as suas irreconciliáveis particularidade de concepção e fatura [...] dois excelentes trabalhos, sobre os quais francamente, me acanho de proferir um julgamento [...]. Entretanto tendo de escolher, escolho “Gens Ennuyeux”, obra incomparavelmente mais difícil que a sua competidora e assim muito mais apta a pôr em jogo as qualidades do escritor. É certo que esse trabalho é menos um conto que uma crônica, mas que bela crônica! É um trecho de prosa bem construído, de prosa forte, maleável, corrente colorida, e sobre tudo tão pessoal e tão espiritualmente irônica! (CAVALHEIRO, 1955, p.70)

Nesse período Lobato fez várias crônicas, entre elas fala da “Tosca”, um espetáculo em homenagem a Santos Dumont, levado pela Companhia Sansone, cuja intérprete principal foi Darclée. Santos Dumont voltou como herói da França e toda a cidade queria render-lhe homenagens. Eis a crônica de Lobato:

Não se fala, não se vê, não se ouve, não se come, não se sonha outra coisa que não seja ele, com o histórico panamazinho, sempre

sob todas as formas, em todos os estilos, nas gravuras, nos trocadilhos, nos discursos, nos jornais, nos telegramas, nas petas, nos teatros, nos concertos, no céu, na terra, em toda a parte; é sempre ele, é sempre o ilustre brasileiro, o intrépido aeronauta escalavrado de comentários patrióticos, arranhado, mordido, disputado, é sempre ele o santo, o herói supremo, o mártir da retórica nacional, o impávido gigante saído incólume dos treze discursos com que Taubaté chimpou-lhe a coragem. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.71).

Fez também uma última crônica à “Tosca”, atacando a interprete Darclé, dizendo que ela era antipática e não sabia representar. Outra característica de Lobato era a de não ter medo de dizer o que pensava. Está formado o estilo lobatiano: “ironia, sarcasmo, humor, fundem-se na prosa já bem maleável”. (CAVALHEIRO, 1955, p. 71).

A Arcádia Acadêmica não contribuiu para tirá-los da pasmaceira. Então da Arcádia derivou-se o “Cenáculo” que era composto, segundo Cavalheiro (1955), por Ricardo Gonçalves, o poeta, por Albino Camargo, o filósofo, por Candido Negreiros, um diletante, por Raul de Freitas, a alma, por Godofredo Rangel, o talento, por Tito Livio Brasil, o jornalista, por Lino Moreira, o orador, e por Lobato, o crítico, todos socialistas. A primeira sessão realizada no Cenáculo aconteceu na casa de Candido Negreiros, onde além dele, estavam Lobato, Lino, Tito, Albino. Um pouco do que aconteceu podemos observar da narração de Lobato:

Que noite aquela! Foi a noite dos projetos grandiosos! O “Cenáculo” ia reformar o mundo, modificar as leis do universo. Uma arte nova ia surgir, uma ciência e uma filosofia inéditas! O órgão da revolução seria uma revista, mas que revista, santo Deus! Que mimo! E que arte! (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p. 74).

E assim passou a noite, cada um expondo suas idéias, ora criticadas por uns, ora sendo aceitas por outro, o importante eram as idéias.

Mais tarde Lobato foi morar em um chalé com Godofredo Rangel e Ricardo Gonçalves. O restante do grupo aos poucos foi conhecendo o lugar e logo as reuniões do Cenáculo passaram a ser nesse chalé que mais tarde recebeu o nome de “Minarete”, devido à sua estrutura arquitetônica. “A vida ali decorria entre piadas e risos e altos sonhos de glórias literárias. Liam muito. Discutiam muito”. (CAVALHEIRO, 1955, p.81).

Apesar de todos os esforços do grupo, pouco se havia produzido, com exceção de Ricardo Gonçalves, que conseguira divulgar alguns poemas no jornal no qual trabalhava.

Um dia Lobato foi procurado por um amigo, Benjamin Pinheiro, que havia se formado em direito e queria eleger-se prefeito de Pindamonhangaba, e precisava de alguém, no caso Lobato, que não tivesse medo de dizer o que pensava, para que pudesse escrever algumas páginas impressas. Lobato sugeriu então que o jornal se chamasse “Minarete”, e assim ficou.

Esse jornal, a princípio tinha quatro, às vezes seis páginas, mas aos poucos foi aumentando em tamanho. Nele se faziam denúncias a propósito do mato nas ruas, das rachaduras no teatro, a falta de iluminação na cidade, enfim. O jornal era redigido em São Paulo pelos rapazes do “Cenáculo”. Segundo CAVALHEIRO (1955), tanto Lobato como os amigos se divertiam escrevendo o jornal e:

Não ambicionavam aplausos nem davam a mínima atenção ao público. Muitas vezes cabia a Lobato redigi-lo inteirinho: o soneto, os contos, o “humorismo”, as “variedades”, o rodapé, o artigo de fundo! Até os anúncios. Chegava mesmo a inventá-los quando sobravam pequenos espaços. (CAVALHEIRO, 1955, p. 86-87).

Para que os leitores pensassem que havia muitos redatores, Lobato usava inúmeros pseudônimos. Os amigos e colaboradores do jornal também adotaram pseudônimos, assim poderiam se expressar com maior liberdade quanto às idéias debatidas.

Enfim, graças ao jornal “Minarete”, Benjamin Pinheiro elegeu-se prefeito de Pindamonhangaba. O jornalzinho durou cinco anos. Havia também “O Povo”, jornal de Caçapava, que também lhe pedia artigos.

Segundo Cavalheiro (1955), nessa época Lobato;

Já escrevia bem; suas idéias são lúcidas, claras. Pensa e expõe com nitidez. Os contos, por exemplo, possuem as virtudes que, acentuadas mais tarde, fariam deles os mais lidos da literatura brasileira. Ao publicar “Cidades Mortas” separou, como “Literatura do Minarete”, os seguintes: “Gens Ennuyeux”, “A Cruz de Ouro”, “De como Quebrei a Cabeça à Mulher do Melo”, “Porque Lopes se casou”, “O Júri na Roça”, e “O Luzeiro Agrícola”. (CAVALHEIRO, 1955 p.91).

Porém ao republicá-los sempre havia correções a fazer. Segundo Cavaleiro (1955, p.91-92), “na literatura do “Minarete”, o conto ocupa lugar secundário. Predomina o articulista, o panfletário, o memorialista, o crítico e, sobretudo, o cronista”. Lobato era tudo isso e por esse período ainda estava na faculdade.

Também já fazia críticas literárias, como a que fez ao analisar a obra “A Todo Transe” de Emanuel Guimarães, que, segundo Cavaleiro (1955), era um romance medíocre. Para tanto, Lobato escreveu dois artigos nos quais destacou três aspectos essenciais da obra, sendo, “o conceito de vida individual, o modo de o autor encarar o problema da inviabilidade da nossa primeira tentativa de nacionalização e, finalmente, o estilo em que o livro está vasado”. (Cavaleiro 1955, p. 95).

Mas, segundo Cavaleiro (1955), é sobre o segundo aspecto analisado por Lobato é que se revelou o crítico realista que iria encarar e expor a realidade brasileira sempre que necessário.

O Brasil, filho de pais inferiores, mal educados, destituídos desses caracteres fortíssimos que imprimem, a talho de buril, um cunho inconfundível em certos indivíduos, como acontece com o alemão, com o inglês, cresceu tristemente sempre aflanelado, porque sempre constipado a engolir mezinhas e panacéias e afinal de contas dando como resultados um tipo imprestável, incapaz de continuar a se desenvolver em concurso vivificador do sangue de alguma raça original. [...] Em vez de, como as crianças, brincar e pular, promovendo a completa formação dos ossos, adquirindo a rigidez dos músculos pela ginástica, do temperamento por um viver racional, do caráter pela afirmação severa da reciprocidade dos direitos e deveres; em vez de procurar a evolução harmônica do espírito e do corpo, o nosso país se viu criança e já martirizando o cérebro com tarefas impróprias; imberbe e já velho nos hábitos imitados das velhas civilizações ocidentais. Quis ombrear a sua civilização com a civilização do velho mundo, sem se lembrar que a civilização é uma para cada povo assim como a fisionomia é uma para cada indivíduo. [...] A consequência foi brotar uma civilização incolor, morna, incharacterística, instável, impregnada dos vícios das que lhe serviram de modelos e sem nenhuma das suas qualidades. Uma água de barreira dúbia e morna – é o que é a nossa civilização. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.95-96).

Essa crítica inflamada de Lobato resume um pouco de sua característica nacionalista, inconformado com a importação de cultura que se via no Brasil. Para ele, tínhamos que voltar os olhos para as nossas coisas, para as belezas do nosso País.

Nessa época, Lobato por meio da leitura procurava uma filosofia de vida, até que, por acaso, lera uma frase de Nietzsche: “[...] frases-pólen, que rebentam botões lá dentro”. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955 p.112). Adquiriu por fim as obras desse filósofo e ao ler e rele-las incansavelmente, afirmou:

Foi a maior bebedeira da minha vida. Aquele pensamento terrivelmente libertador intoxicou-me. Um dos seus aforismos penetrou em meu ser como a grande coisa que eu procurava. [...] “Queres seguir-me? Segue-te”. [...] O que naquela ânsia através das filosofias eu procurava, era eu mesmo, e só Nietzsche me contou que era assim. Em vez de seguir alguém, ia seguir a vaga intuição do meu eu. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.112).

E assim o fez, resolveu seguir a si mesmo, às suas idéias, sem se prender a fórmulas, insubmisso a autoridades, insubmissão que se pode ver também em sua literatura.

Após formar-se em direito em 1904, atuou como promotor público na cidade de Areias, porém fez poucas defesas, a cidade que antes era uma das maiores produtoras agrícolas caiu no abandono depois da abolição da escravatura e das epidemias de varíola e febre amarela que assolou a cidade causando o êxodo de boa parte da população.

Tudo o que mais queria para suportar a solidão do lugar era casar-se logo, o que ocorreu em 1908 com 26 anos de idade, e fica ainda por mais dois anos em Areias, como não há o que fazer como promotor continua a ler e a escrever histórias, contos e crônicas a respeito do modo de vida do povo dessa cidade, e que mais tarde fizeram parte de um livro “Cidades Mortas”, editado pelo próprio autor.

Escrevia para alguns jornais do interior e dedicava bom tempo à esposa e à casa. Não ganhava muito como promotor, por isso buscava outras fontes de renda, passou a assinar o “Weekley Times” e traduzia o que achava de interessante e mandava para o “O Estado de São Paulo” e recebia por isso cerca de 10 mil reis por cada colaboração.

Por conta do nascimento de sua primeira filha, tudo o que queria e precisava era ganhar dinheiro, já nessa época pensava em fundar uma revista. Embora ciente que não poderia ficar rico com a literatura, não conseguia deixar a vocação. Escreveu o que disse ser seu primeiro conto “Bocatorta”, assinado por ele, que publicou mais tarde na Tribuna de Santos, onde também passou a colaborar.

Por volta de 1908, também enviava artigos políticos para Santos, fazia desenhos e caricaturas para o “Fon-Fon” do Rio, começava a colaborar com a Gazeta de Notícias do Rio e continuava a traduzir o “Weekly Times” [...].

Mas Lobato ainda não se encontrara, ainda precisava ganhar mais dinheiro, pois já nascera seu segundo filho. Foi então que, em 1911, faleceu seu avô, o Visconde de Tremembé. Lobato então herdou a fazenda Buquira, enorme propriedade. Porém, sem dinheiro, não era possível tocar a fazenda, pois era muito grande, tinha dívidas e o solo já estava sem nutrientes por conta da erosão e das queimadas. Com a Grande Guerra, em 1914, baixaram as exportações e os créditos ficaram restritos. Entre 1911 e 1916, lutou para reerguer a fazenda, mas sem experiência e dinheiro a luta foi em vão.

Indignado por conta das queimadas que eram realizadas por agricultores e colonos, que além de queimarem o próprio mato queimavam o dos outros, no caso os de sua fazenda. O que culminava no mau trato do solo, prejudicava as aves silvestres além de piorar o clima por conta da seca.

Como forma de protesto contra as queimadas que eram realizadas, embora sem esperança de que desse resultado, Lobato escreveu um artigo ferrenho dirigido ao “O Estado de São Paulo”, com o nome de “Velha Praga” que recebeu destaque no jornal. O artigo recebeu muitos elogios embora não contribuiu para amenizar o problema das queimadas. Pouco tempo depois, escreveu outro artigo “Urupês”, continuando a falar sobre os mesmos problemas.

Depois de conviver com os colonos, os agregados e os camaradas, os chamados caboclos, tanto de sua fazenda como a dos vizinhos, e de ver a destruição que os mesmos faziam com relação ao solo e à natureza, e com a miséria que se encontrava o lugar, a falta de iniciativa dos mesmos, sempre de cócoras, sem ação, Lobato percebeu que esta visão de caboclo nada tinha a ver com os caboclos fortes e heróicos que eram exaltados na literatura de então. E confessa que se não tivesse tido a experiência na fazenda também continuaria com a mesma visão errônea do caboclo fabricada na cidade por gente que jamais conheceu esta realidade.

A partir de então começou a pensar em escrever um conto focando neste assunto, mas tudo ainda era muito vago, pois nesse período se dividia entre o fazendeiro e o literato. Começa a chamar o caboclo de “piolho do mato”. Quando mais uma vez começaram as queimadas no mês de agosto, Lobato escreveu para o

amigo Godofredo Rangel “Atualmente estou em luta contra quatro piolhos aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles devo”. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p176).

Um mês após, outra carta a Godofredo Rangel:

Um feto que já me dá pontapés no útero é a simbiose do caboclo da terra, o caboclo considerado o mata-pau da terra, constritor e parasitário, aliado do sapé e da samambaia, um homem baldio, inadaptável à civilização... [...]. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.177).

Convicto de suas idéias, tinha projetos de escrever um livro, cujo tema seria o Jeca, mas enquanto o livro não saia, resumia-o em artigos como Urupês e Velha Praga. Esses artigos apesar de serem transcritos por outros jornais, só ganham destaque quando reunidos em livro em 1918. Segundo Cavalheiro (1955), para Lobato, o caboclo era como o urupê de pau podre que vegeta na mata.

Lobato também queria ir definitivamente contra toda a literatura existente que mistificava o caboclo brasileiro, “em lugar de enfeitar a figura do homem rural, ele o esculpe ao natural, dentro do próprio ambiente. O escritor tinha plena consciência da sua originalidade”. (CAVALHEIRO, 1955, p. 179).

Antes de publicar o artigo, escreveu ao amigo Rangel “é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto e que até o Ricardo romantizou tão lindo”. (LOBATO apud CAVALHEIRO, p. 179).

Ao vender a fazenda, no ano de 1917, e mudar-se para São Paulo, já estava perto de realizar o sonho de publicar seu primeiro livro. Nessa época, já era bem conhecido por conta de suas publicações em jornais como “O Estado de São Paulo” e na “Revista do Brasil”, esta fundada por Julio de Mesquita, Luis Pereira Barreto e Alfredo Pujol, e que se tornou um dos mais importantes veículos de cultura do País e cujo objetivo era de “formar uma consciência nacionalista”. (CAVALHEIRO, 1955, p.187), contribuindo para que se conhecessem as nossas riquezas, porque,

[...] até então vivíamos mentalmente na França. De Paris vinham as modas literárias. Era em francês que nossos homens cultos se entendiam. Pensávamos no idioma de Racine. O artigo de abertura da “revista” reconhece tal estado de coisas, quando acentua que não só pensávamos pela cabeça do estrangeiro, como nos vestíamos pelo alfaiate estrangeiro, comíamos pela copzinha estrangeira, e para coroar essa obra de servilismo coletivo, calamos,

em nossa pátria, muitas vezes, dentro de nossos lares, a língua materna para falar a língua estrangeira. (CAVALHEIRO, 1955, p.187-188).

Tudo o que a Revista pregava ia ao encontro do pensamento de Lobato, que foi chamado para trabalhar na Revista depois de escrever os artigos “A conquista do Nitrogênio” e “Pecuária Suína”, ambos muito aplaudidos.

Os contos que escreveu para a Revista do Brasil como “A vingança da Peroba”, “Boca-torta”, “Colcha de Retalhos”, “A Gargalhada do Coletor”, “Pollice Verso”, “Cavalaria Rusticana” e muitos outros, mais tarde foram aproveitados na obra “Urupês”, embora alguns com nomes diferentes.

Tudo ia bem para Lobato, até que a Revista do Brasil, a principio nacionalista, passou a publicar matérias internacionais, o que decepcionou o escritor. Nesse mesmo período, é chamado a dirigir a Revista, mas como não gostava de receber ordens, e com o objetivo de fazer a Revista voltar a ser de cunho nacionalista, propõe a compra da mesma e torna-se proprietário.

Com a popularização de Monteiro Lobato, após o lançamento e a polêmica em torno do Jeca e a campanha pró-saneamento, ele resolve investir em uma editora. A princípio, por conta própria, fazendo mil impressos de “Urupês”, nas oficinas do “O Estado de São Paulo”.

Porém, ao verificar que havia pouco mais de trinta pontos de vendas em todo o território nacional capazes de vender seus livros, resolve pesquisar, no Departamento dos Correios, quantas agências destas havia espalhadas pelo Brasil. Descobriu mais de mil agências. Escreveu então, uma carta a cada uma solicitando a indicação de nomes e endereços de firmas que pudessem receber seus livros.

Tendo os dados em mãos desses possíveis clientes, escreveu-lhes oferecendo o livro para venda, dizendo que era um produto como qualquer outro possível de comercialização. Ofereceu o livro, de forma consignada, pois se fosse vendido, o comerciante receberia uma comissão de 30%, caso contrário, poderia devolvê-los, sem custo algum. Quase todos que receberam a carta toparam. Como resultado, aumentou para mais de mil postos, e as edições que não passavam de 500 foram para até mais de seis mil livros por mês.

Entusiasmado com o sucesso das vendas, Lobato diz:

Dizem que o Brasil não lê! Uma ova! A questão é saber levar a edição até o nariz do leitor, aqui, ou em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul [...] onde quer que ele esteja, sequioso por leituras... Livro cheirado é livro comprado, e quem compra, lê. Se o Brasil não lia é porque os velhos editores, na maior parte da santa terrinha, limitavam-se a inumar os volumes nas poeirentas prateleiras das suas próprias livrarias, e quem quisesse que tome o trem, ou o navio, e vá ao Rio comprá-los. Umas bestas! O Brasil está louco por leituras. Só os editores é que não sabiam disso! (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.242).

Quando Lobato passou a anunciar suas edições também nos jornais, foi muito criticado, pois:

Parecia isso um rebaixamento dos valores intelectuais, que deviam permanecer em santuário, só acessível aos eleitos, e não trazidos para a praça pública, às mãos dos pobres mortais. O ousado editor revolucionava o comércio da inteligência, mostrando, com generalizado espanto, que o livro podia ser lido por toda a gente, e vendido em qualquer parte, até mesmo em açougues. (CAVALHEIRO, 1955, p.243).

A princípio, a editora funcionava juntamente com a redação da Revista do Brasil. Em 1919, a editora é registrada como “Monteiro Lobato & Cia.” e alguns anos mais tarde, tornou-se “Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato”.

Nessa época, segundo Cavalheiro (1955, p.244), “[...] para alguém editar-se entre nós precisava possuir qualquer destas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a qualquer medalhão ou ser filho de pai ilustre. Do contrário nada conseguiria”.

Por esse motivo, havia muitas obras engavetadas pelo Brasil afora e Lobato resolveu lançar somente os novos escritores, não querendo editar os ‘medalhões’. Quando a notícia se espalhou, não paravam de chegar originais, por correios, de todas as partes do País. E, o que segundo Cavalheiro (1955), parecia ter havido uma florescência literária no País, para Lobato, isso não ocorreu:

Mas não houve florescência nenhuma! Houve apenas a apresentação ao público de uma série de cavalheiros que estavam metidos nas suas respectivas gavetas. Creio que a nossa firma soltou toda a produção literária do Brasil que estivera encalhada, ou se conservara inédita durante muito tempo. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 195, p.244).

Segundo Lobato, “Um país se faz com homens e livros”. (LOBATO, Monteiro, América, 2009, p.60). Desse modo, ele contribuiu para que aumentasse, em todo o País, originais sobre todos os campos do conhecimento.

4.1 LOBATO NAS ENTRELINHAS

Antes mesmo de ser escritor reconhecido, Lobato já era um crítico da literatura existente e andava preocupado com a produção literária da época, pois a literatura que existia até então eram traduções e adaptações mal feitas da literatura européia, editadas em Portugal com uma linguagem de difícil compreensão pelas crianças, e carregadas de ideologias e com uma falsa visão da realidade.

Uma das preocupações de Lobato era, em escrever histórias para crianças, usar a linguagem que elas se interessassem e de uma forma que os personagens pudessem transitar da realidade para o maravilhoso, sem, contudo se transformarem em alienados.

Para responder ao problema desta pesquisa a respeito das contribuições que podemos encontrar na obra de Monteiro Lobato para o aprender a pensar acerca dos problemas sociais, econômicos e políticos, que a sociedade nos impõe, analisaram-se algumas de suas obras.

A primeira obra analisada foi “Urupês”, seu primeiro livro não infantil, lançado após alguns anos de espera. Este livro reúne vários contos que Lobato já havia publicado anteriormente em artigos para revistas, como “A Revista do Brasil”, e para jornais, como o Estado de São Paulo e o Correio Paulistano, entre outros. Porém, esses artigos só ganharam destaque quando reunidos em livro.

Dentre as várias histórias contidas nessa obra, a última que a encerra e também deu nome ao livro, “Urupês”, de acordo com Cavalheiro (1955), que retrata a figura do Jeca Tatu, representante típico do caboclo brasileiro, de côcoras, olhar triste e desalentado, incapaz de qualquer ação, consequência das verminoses e doenças que assolavam a população brasileira da época e que traz à tona discussões sobre os problemas sociais do Brasil.

Nessa obra, o autor também aponta a inviabilidade do sistema agrário brasileiro e mostra uma outra realidade do País que, até então, não aparecia em

obras de outros autores, como a violência, a miséria, as doenças e a ignorância do povo.

A obra foi recorde em vendas e críticas tanto boas como as de Rui Barbosa que, durante discurso no Teatro Lírico, diz acreditar ser a obra um retrato da realidade brasileira, o que contribuiu para que Lobato se tornasse conhecido nacionalmente, como ruins, como as que aconteceram “nas tribunas da Câmara e do Senado, opositores e governistas discutiram em altos berros a veracidade do quadro traçado por Monteiro Lobato” (CAVALHEIRO, 1955, p.211).

Urupês foi um desabafo de Lobato e uma crítica aos caboclos que conheceu quando ainda fazendeiro. Porém, mais tarde, teve contato com médicos, como Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Miguel Pereira, Belisário Pena, entre outros. Esses dois últimos já haviam lançado livros, o primeiro afirmando ser o Brasil um imenso hospital, o segundo expondo à população um Brasil até então desconhecido, um país doente e pobre, foi quando Lobato percebeu que a falta de reação, o olhar triste dos caboclos era consequência das verminoses e da fome que os consumiam.

Também em 1947, publicou um boletim, “Zé Brasil”, que mostra o Jeca com uma nova roupagem social, com bagagem de cidadania, com conhecimento.

Apesar de toda crítica recebida por várias autoridades com o lançamento de “Urupês”, Lobato inicia uma campanha jornalística, expondo e reforçando os dados obtidos pelos médicos higienistas. O tema vira conversa obrigatória entre os populares, o que leva o poder público a deixar de ser indiferente ao que estava acontecendo no País.

Lobato escreve, a partir de então, uma série de artigos falando sobre a ação de Osvaldo Cruz que introduziu o laboratório e o microscópio, exaltando a ação dos médicos Osvaldo Cruz, Gaspar Viana, Carlos Chagas, entre outros, que empreenderam esforços para encontrar os remédios para curar as doenças crônicas da população.

Lançou também um artigo “Dezessete milhões de Opilados”, pois na época o País contava com 25 milhões de habitantes, dos quais, segundo Cavalheiro (1955, p.230) “[...] havia nada menos que dois terços de criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomíase (amarelão)”.

Ainda segundo Cavalleiro (1955), neste artigo,

A princípio, em tom didático, Lobato descreve a doença, sua gênese, desenvolvimento e conseqüências. Traçado o quadro terrível, passa a dar a terapêutica, para concluir: “Ah! se o Brasil que fala e pensa e age consagrasse ao estudo e solução dos problemas internos um décimo das energias despendidas em comentar os fatos europeus!...” (CAVALHEIRO, 1955, p.230).

Enfim, por meio de sua literatura, Lobato chama a população a reagir para que o futuro fosse melhor que o presente, segundo ele,

O primeiro passo, para o saneamento do Brasil, consiste em matar essa ilusão (ufanista), não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista - pólos no mesmo erro - e sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros. Ver o que é, como é. Examinar os problemas vitais com olho clínico e não com a ponta da língua jornalística. Pedir algarismos à estatística e jamais adjetivos sonorosos às patativas chocadas do ovo botado pelo personagem de Voltaire. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p. 232).

Lobato foi convidado pelo médico Artur Neiva para acompanhá-lo nas inspeções que haviam começado no litoral do Estado de São Paulo onde havia mais casos de maleita e amarelão. Ao voltar das inspeções, escreveu:

Quem, por viver no mundo da Lua, ainda descrê do nosso estado coletivo de doença, e atribui esta campanha de saneamento a mil e um móveis afora o único real, desejo ou ânsia de ver queimar-se o derradeiro cartucho na defesa da nacionalidade vacilante, que vá a Iguape. Vá a Iguape que dali voltará apostolo. (LOBATO apud CAVALHEIRO, 1955, p.235).

A campanha pelo saneamento atingiu vilas e fazendas, foram abertas fossas, calçaram os caboclos, foram ensinados hábitos de higiene e meios para acabar com a cor amarelada das crianças caboclas. As doenças foram amenizadas, embora a miséria continuasse.

A partir de então, Lobato viu na literatura um meio de se expressar e conscientizar o seu público sobre os problemas sociais do Brasil, inconformado com a miséria, com as epidemias que assolavam o País nesse período e com o atraso econômico e social. Após a campanha do saneamento não mais parou, iniciando a campanha do ferro e do petróleo.

Em 1921, publicou “Narizinho Arrebitado”, primeiro livro da série, história que se passa no Sítio do Pica Pau Amarelo, tendo como personagens nucleares tia Anastácia, Dona Benta, Pedrinho, Narizinho, Emília, Visconde de Sabugosa, Rabicó e o Burro Falante. Esta obra foi outro sucesso de vendas e foi também o segundo livro adotado nas escolas públicas do Estado de São Paulo. Mais tarde, em “Caçadas de Pedrinho”, foi incorporado ao grupo o rinoceronte Quindim.

Segundo Khéde (1986),

O mundo do faz-de-conta é o meio encontrado pelo autor para alcançar a comunicação espontânea e direta com o leitor mirim. E que, colocado lado a lado com a fantasia do adulto, anula as barreiras geralmente impostas entre adultos e crianças. [...] O faz-de-conta das crianças, longe de ser escapismo ou alienação, é a maneira que os personagens inventam para participar ativamente da realidade, inovando-a e questionando criativamente. (KHÉDE, 1986, p. 51)

Outro marco nas obras lobatianas é a autonomia exercida pelas crianças do sítio. Em contraposição à literatura existente na época com relação ao poder exercido pelos pais sobre as crianças, as histórias do Sítio do Pica Pau Amarelo são centradas nas crianças, a figura repressora dos pais não aparece, mas sim uma avó carinhosa que orienta e aconselha, pois em suas narrações, Narizinho é criada pela avó, e Pedrinho, outro neto, é o menino da cidade que vem passar férias no Sítio. Assim, as crianças utilizam a liberdade e a fantasia para obter o conhecimento.

Segundo Ferreira (2009), diferentemente das histórias infantis de outros autores, onde existem as fadas e estas utilizam a varinha de condão para realizar os desejos, cabendo a elas aceitar ou não a solicitação dos pedidos no mundo mágico da imaginação, nas obras de Lobato há o Faz-de-Conta, utilizado pela Emília, sempre que necessário, sem depender da autorização de uma terceira pessoa, ou seja, ressaltando em outro aspecto a liberdade. Usando o faz-de-conta, qualquer pessoa pode ter seus desejos lúdicos satisfeitos, sem pedir nada a ninguém.

Outra característica do autor que se revela em sua literatura, segundo Khéde (1986, p.51), “[...] é o modelo de democracia liberal que Lobato tanto defendeu em seu projeto político, e que se manifesta em seu projeto literário”.

Isso fica claro quando os personagens do Sítio, apesar de divergirem entre si, seus valores como a ética e a moral são mantidos, como podemos observar na obra “A Reforma da Natureza” quando, após o término da guerra da Europa, D. Benta,

Tia Nastácia e o Visconde de Sabugosa são convidados por ditadores, reis e presidentes a participar como representantes da humanidade e do bom senso em uma conferência para a Paz, em 1945.

Emília inventa uma desculpa para ficar só no Sítio, pois assim poderia fazer a reforma desejada. Após retornar da Europa, grande é o espanto do pessoal do Sítio ao se depararem com as coisas mais absurdas de se imaginar. Dona Benta foi ter com Emília e explicou:

Emília, eu reconheço as suas boas intenções. Você tudo fez na certeza de estar agindo pelo melhor. Mas não calculou uma porção de inconveniências que podiam acontecer – e estão acontecendo. As laranjas, por exemplo: seria ótimo se pudessem vir já descascadas – mas se fosse assim tornava-se impossível o comércio das laranjas, o transporte de um ponto para o outro [...] Assim também as abóboras na jabuticabeira. São frutas muito grandes para ficarem em árvores; a natureza sabe muito bem o que faz. Põe as frutas grandes no chão e as pequenas em árvores. (LOBATO, Monteiro, A Reforma da Natureza, 1986, p.26).

E Emília disse “Isso não! A maior fruta que eu conheço é a jaca, e a jaca é fruta de árvore, ahh!”. (LOBATO, Monteiro, A Reforma da Natureza, 1986, p.26).

E quando Emília disse que havia feito com que as frutas das árvores só dessem nos galhos de baixo para facilitar a colheita, quis saber quais argumentos seriam utilizados nesse sentido, Dona Benta então disse que as frutas,

[...] existiam para o bem da árvore, e apareciam em todos os galhos, tanto os de baixo como os de cima, porque assim ficavam mais bem distribuídas pela árvore inteira, podendo vir em maior quantidade. [...] Fazendo que as frutas só apareçam nos galhos de baixo, você diminui de metade o número de frutas de uma árvore. (LOBATO, Monteiro, A Reforma da Natureza, 1986, p.26).

Reconhecendo o erro, Emília foi fazer voltar ao sistema antigo, dizendo:

Agora sim, agora ela deu uma razão boa, clara, que me convenceu e por isso vou desmanchar o que fiz. Mas com aquele “Vá!” do começo, a coisa não ia, não! Vá o Hitler. Vá o Mussolini. Comigo, é ali na batata da convicção, do argumento científico! (LOBATO, Monteiro, A Reforma da Natureza, 1986, p.26)

E assim, “Quase todas as reformas da Emília foram anuladas, mas nenhuma delas por imposição de Dona Benta. A boa senhora argumentava, provava o erro, e então a própria Emília se encarregava de restabelecer o velho sistema”. (LOBATO, Monteiro, A Reforma da Natureza, 1986, p, 26).

O Sítio do Pica Pau Amarelo é para Lobato tudo o que ele desejava para o Brasil, pois que esse fosse rico em petróleo, aberto à modernidade, agregando no Sítio tudo o que havia de melhor no mundo. Nesse sentido, o sítio não é somente o cenário das histórias, mas,

Ele representa igualmente uma concepção a respeito do mundo e da sociedade, bem como uma tomada de posição a propósito da criação de obras para a infância. Nessa medida, está corporificado no sítio um projeto estético envolvendo a literatura infantil e uma aspiração política envolvendo o Brasil - e não apenas a reprodução da sociedade rural brasileira. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.56),

Diferentemente à exaltação ruralista da literatura da época, Lobato deixa claro que as terras do sítio são de má qualidade e sem valor, por isso economicamente inviável. Nesse sentido, na obra “O Poço do Visconde”, diz que a riqueza das terras está no seu subterrâneo. Assim, de acordo com a visão lobatiana:

O ponto de partida é a aceitação do fracasso do projeto ruralista para o Brasil; ou melhor: o abandono de uma concepção a respeito da economia do país, segundo a qual esta podia se apoiar nos produtos primários, de origem agrária, e sobreviver financeiramente. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.57)

Ciente de que o País poderia aproveitar em escala industrial os recursos minerais, entre eles o petróleo, a fim de melhorar a economia, havia certa expectativa de Lobato em produzir o petróleo e depois realizar o sonho de “ferrar” o Brasil e ver chegar o progresso que tanto almejava.

Assim em 1931, Lobato começa sua militância pelo petróleo, convocando a Nação para esta luta, e o fazia por meio de artigos que escrevia para os jornais e

também através de sua literatura, como é possível observar neste trecho de O Poço do Visconde, na qual o mesmo diz,

Eu, se pudesse, pegava num martelo e embutia na cabeça de todos os brasileiros estas palavras: *O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro.* Tudo mais é bobagem. (LOBATO, Monteiro, O Poço do Visconde, 1982, p.32, grifos do autor).

Inconformado com o atraso do País, com um enorme território e dispondo apenas das forças de cavalos e dos carros de boi para o transporte da produção agrícola, sem contar a pequena quantidade levada de cada vez. Se fosse de automóvel, levaria maior quantidade em menos tempo.

Em sua obra O Poço do Visconde, além de dar uma aula fantástica de geologia, ele diz por meio de seu personagem Visconde de Sabugosa que é possível encontrar petróleo no Brasil e em abundância e que não há um investimento nisso porque os brasileiros foram cegados pelos americanos, porque a estes não interessava a descoberta de petróleo no Brasil para que pudessem continuar a vender o seu para nós.

Eis o que responde por meio do Visconde de Sabugosa, quando Narzinho pergunta quantos poços de petróleo há nos Estados Unidos, “Já há mais de 900 mil poços de petróleo abertos nos Estados Unidos. Os americanos são umas feras. E como fazem tudo em ponto grande, tornaram-se o povo mais rico do mundo”. (LOBATO, Monteiro, O Poço do Visconde 1982, p. 25).

Quando Narzinho perguntou quantos poços havia no Brasil, o Visconde disse que andaram abrindo poços, mas nenhum dera petróleo, pois abriram rasos demais. Enquanto que nos países vizinhos do Brasil, com exceção do Paraguai e Uruguai, todos eram produtores de petróleo. E mais uma vez Narzinho questiona se aqui não há petróleo:

Não existem perfurações, isso sim. Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro por séculos. Há sinais de petróleo por toda parte, em Alagoas, no Maranhão, em toda costa nordestina, no

Amazonas, no Pará em São Paulo [...] A superfície de todos esses Estados está cheia de indícios de petróleo que levaram as repúblicas vizinhas a perfurar e a tirá-lo aos milhões de barris.

- Então por que não se perfura no Brasil?

- Porque as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso. E como não tem interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer...

- Que araras! – exclamou Emília. – Mas não estão vendo petróleo sair em todos os países vizinhos do nosso?

- Estão sim, mas que quer você? Quando um povo embirra em não arregalar os olhos não há quem o faça ver. As tais companhias pregaram as pálpebras dos brasileiros com alfinetes. Ninguém vê nada, nada, nada... E cada ano o Brasil gasta mais de meio milhão de contos na compra do petróleo que as companhias espertalhonas nos vendem.

- Meio milhão de contos! – exclamou Pedrinho. – Mil trezentos e tantos contos por dia! Quarenta e três contos por hora! Que doença cara é a cegueira... (LOBATO, Monteiro, O poço do Visconde, 1982, p.25-26).

Com a descoberta do petróleo, D. Benta mostra a aplicabilidade dos benefícios deste para o Brasil, quando diz que irá investir todo o dinheiro de sua venda em estradas, porque é um absurdo o Brasil parar em dias de chuva, construir também escolas de referência, postos de saúde, enfim, o Sítio virou fonte de riqueza e progresso implicando numa série de benefícios para a população. O mesmo poderia acontecer com o Brasil, se investissem em pesquisas para descoberta de petróleo.

Apesar de toda crítica embutida nesta obra, a fantasia e o faz-de-conta também aparecem, quando após as aulas teóricas do Visconde sobre geologia, Pedrinho quer colocar logo em prática o conhecimento adquirido nas aulas, decide que abrirão poços de petróleo no Sítio. Após decidirem quais ferramentas encomendar, Pedrinho foi até a máquina de escrever, quando Emília disse:

- Por carta, Pedrinho? Leva muito tempo, rapaz! Peça logo por telegrama urgente e exija que a ferralhada esteja aqui amanhã bem cedo.

- Absurdo Emília, não dá tempo.

- Dá sim. Eles que se utilizem do meu poderoso “Faz-de-conta n.7”, o maior avião de carga do mundo. Dessa maneira teremos tudo aqui

amanhã antes do almoço. (LOBATO, Monteiro, O Poço do Visconde, 1982, p.46).

A Emília é, de certa forma, o personagem que mais representa as idéias do autor. Como Lobato, ela é franca, não tem medo de dizer o que pensa a quem quer que seja. Nesse sentido, segundo Coelho (1991),

Como intenção de sátira dos desmandos a que tal atitude leva fatalmente (estimulada pelo sistema de concorrência feroz em que vivemos), temos o consciente despotismo com que Emília age em certos momentos, num verdadeiro arremedo do que realmente acontece no mundo “civilizado”, onde alguns poucos poderosos desfrutam de riquezas produzidas por multidões de desvalidos. (COELHO, 1991, p.128).

Assim, Lobato deixa claro na postura capitalista assumida pela boneca, em Memórias de Emília, quando ela ordena que o Visconde seja seu secretário e mostra a obediência diante dos mandos capitalista,

- Visconde, venha ser meu secretário. Veja papel, pena e tinta. Vou começar as minhas Memórias [...] Faça o que eu mando e não discuta.

O Visconde trouxe papel, pena e tinta. Sentou-se. Emília preparou-se para ditar. (LOBATO, Monteiro, Memórias de Emília, 1965, p.5).

Em outro trecho, em diálogo com o Visconde, Emília deixa claro como funciona o sistema capitalista,

- Sabe escrever memórias, Emília? - repetiu o Visconde ironicamente. Então isso de escrever memórias com a mão e a cabeça dos outros é saber escrever memórias?

- Perfeitamente, Visconde! Isso é que é o importante. Fazer coisas com a mão dos outros, ganhar dinheiro com o trabalho dos outros, pegar nome e fama com a cabeça dos outros: isso é que é *saber fazer* as coisas. Ganhar dinheiro com o trabalho da gente, ganhar nome e fama com a cabeça da gente, é *não saber fazer* as coisas. Olhe Visconde, eu estou no mundo dos homens há pouco tempo, mas já aprendi a viver. Aprendi *o grande segredo da vida dos homens na terra; a esperteza!* Ser esperto é tudo. O mundo é dos espertos. Se eu tivesse um filhinho, dava-lhe um só conselho: “Seja esperto, meu filho!”.

- E como lhe explicar o que é ser esperto? Indagou o Visconde.

- Muito simplesmente, respondeu a boneca. Citando o meu exemplo e o seu, Visconde. Quem é que fez a “Aritmética”? Você. Quem ganhou nome e fama? Eu. Quem é que está escrevendo as memórias? Você. Quem vai ganhar nome e fama? Eu...

O Visconde achou que aquilo estava certo, mas era um grande desaforo. (LOBATO, Monteiro, Memórias de Emília, 1965, p.97-98).

Segundo Coelho (1991), no trecho citado acima, estão presentes duas práticas que mostram a deformação do sistema liberal capitalista:

De um lado a filosofia do sucesso a qualquer preço (que acaba se transformando na filosofia da aparência de sucesso...); e do outro, a sua inevitável consequência: a exploração do homem pelo homem, - “o homem lobo do homem” que desde o início tem fortalecido as raízes da progressista sociedade de produção e consumo [...]. [...] resultante da feroz concorrência exigida pela engrenagem socioeconômica e que acaba erigindo a ousadia e a esperteza por lema. (COELHO, 1991, p.129)

Lobato também era contra a educação tradicional. Por meio de sua literatura, idealiza um outro espaço que se assemelha à escola, porém, mais eficiente que ela. Esse novo espaço de aprendizagem localiza-se no Sítio do Pica Pau Amarelo, tendo D. Benta como professora.

Esse novo local de aprendizagem, segundo Lajolo e Zilberman (1991), revela a aversão do escritor pela estrutura física e psicológica da escola tradicional, por isso, ele idealiza um espaço ao mesmo tempo antigo e moderno. Antigo porque se baseia no modelo da escola grega, em um ensino com base no diálogo, sem respostas prontas ou previstas; moderno porque não há um local preestabelecido, assim:

O espaço dessa escola lobatiana muda segundo as conveniências, podendo ser tanto a sala principal da sede do sítio, como o Terror-dos-Mares, o barco com que visitam inúmeras regiões, em *Geografia de Dona Benta* (1935), ou a paisagem e a cidade ateniense, em *O Minotauro* (1939). O procedimento dialógico de Platão e o modelo peripatético de Aristóteles são reutilizados, conforme a necessidade e graças ao faz-de-conta, ao pó de pirlimpimpim e à contribuição da tecnologia, recursos explorados intensamente na ficção de Lobato. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p76)

Segundo Lajolo e Zilberman (1991), esta prática pedagógica moderna idealizada por Lobato utiliza-se de instrumentos como a ciência e a tecnologia ao mesmo tempo “[...] vendo-as como os principais objetivos a alcançar”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 76-77).

Um exemplo desse rompimento com o modelo de escola tradicional está no livro “Hans Staden”, de 1927, no qual o autor fala sobre episódios do início da história brasileira e questiona a maneira como é contada:

- Quer isso dizer que se os portugueses houvessem tratado com justiça os selvagens do Brasil eles seriam amigos – observou Pedrinho.
- Certamente – respondeu Dona Benta. – Mas os conquistadores do novo mundo, tanto portugueses como espanhóis, eram mais ferozes que os próprios selvagens. Um sentimento só os guiava: a cobiça, a ganância, a sede de enriquecer, e para o conseguirem, não vacilaram em destruir nações inteiras, como os astecas do México e os Incas do Peru, povos cuja civilização já era bem adiantada.
- Mas como é então, vovó, que esses homens são gloriosos e a história fala deles como grandes figurões?
- Por uma razão muito simples: porque a história é escrita por eles. Um pirata quando escreve a sua vida está claro que se embeleza de maneira a dar impressão de que é um magnânimo herói. (LOBATO, Monteiro, Hans Staden, 1956, p.43).

Em 1933, publica “História do mundo para as crianças”, além de criticar novamente o modo de como são apresentados os fatos históricos na escola, posicionando-se contra a óptica religiosa presente na educação brasileira que, segundo Lobato, impedia a renovação da escola. Recebeu muitas críticas de instituições religiosas.

Mais uma vez, Lobato inovou, de acordo com Lajolo e Zilberman (1991), por meio de sua literatura, a ampliação do currículo escolar, escrevendo uma obra para cada disciplina, dando mais ênfase às disciplinas científicas em detrimento dos estudos sociais, cujo objetivo era o de incentivar o movimento da Escola Nova, pois:

[...] o escritor não fugia ao espírito dominante dos novos teóricos da educação, reunidos no movimento da Escola Nova. Segundo estes, cabia valorizar o pensamento científico e a atitude reflexiva, que levariam ao questionamento da tradição e à proposição de uma tecnologia inovadora para a sociedade que se modernizava. Adepto também da modernização, Lobato não podia destoar dos pedagogos [...]. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p.78)

As obras são: Emilia no País da Gramática, 1934; Aritmética da Emília, 1935; Geografia de Dona Benta, 1935; Serões de Dona Benta, 1937, com lições de física e astronomia; História das invenções, 1935, com aulas de ciências; O poço do Visconde, 1937, que fala sobre geologia; A reforma da Natureza, 1941, sobre ciências naturais.

CONCLUSÃO

Considerando que a proposta inicial desta pesquisa era trazer, por meio das obras de Monteiro Lobato, contribuições acerca do aprender a pensar sobre os problemas sociais, econômicos e políticos que a sociedade nos impõe e cujo objetivo era o de compreender como a literatura infantil pode contribuir na formação de cidadãos críticos e reflexivos, foi possível perceber que Monteiro Lobato, em sua trajetória de vida, buscou conscientizar as pessoas dos problemas pelos quais o País passava no início do século XX.

Desde sua juventude, Lobato se lançou em diversos projetos, de confrontos e lutas, de sucessos e insucessos. O principal deles foi pela não exploração do petróleo por órgãos internacionais. Sua militância pela exploração do petróleo e por denunciar problemas de ordem política, no Estado Novo, e por se negar a fazer parte no governo de Getúlio Vargas, foi preso em 20 de março de 1941.

O Sítio, portanto, não é apenas um mundo maravilhoso, nele estão presentes também concepções a respeito do homem e da sociedade, que se quer formar. Essas idéias nem sempre estavam de acordo com as idéias políticas da época.

Percebe-se que Lobato procurou em sua literatura, tanto infantil quanto adulta, abordar de maneira irreverente e lúdica, situações da vida cotidiana, na qual estão presentes o real e o imaginário. Nesse mundo maravilhoso, os personagens divergem entre si, mas os valores éticos e morais são mantidos, como é possível observar, por exemplo, em sua obra “A reforma da natureza”.

Os temas abordados em suas obras, muito mais que a irreverência, trazem embutidas críticas de ordem política, econômica, social e pedagógica, onde o leitor pode dialogar com a realidade, interpretando-a e questionando-a criando, assim, certa cumplicidade com o leitor.

A realização deste trabalho, em sua abordagem teórica de pesquisa, possibilitou uma compreensão muito maior da vida e da obra de Monteiro Lobato, permitindo à autora uma visão mais crítica dos escritos do autor, os quais estão repletos de ideologias, onde ele não só denuncia os problemas sociais, como também apontava possíveis soluções. Seu objetivo foi levar o leitor a pensar e a refletir sobre a realidade. Suas idéias liberais eram modernas, pois batiam de frente com o projeto político da época e por isso ele foi tão criticado.

É nesse sentido de reflexão e crítica que se pode pensar a literatura infantil como parte da formação da criança, pois está voltada para a cultura e para o conhecimento do ser e do mundo.

Ao analisarmos hoje, a literatura, vemos que mesmo tendo esse poder de inovação e de libertação, ela é, por vezes, considerada perigosa segundo a ideologia dominante e cabe a nós, enquanto educadores, possibilitar junto aos alunos o desenvolver de um olhar mais crítico sobre o que nos é apresentado, questionando e até mesmo provocando mudanças pessoais e sociais.

REFERÊNCIA:

BANDEIRA, Pedro. Uma alternativa ao desespero. Disponível em: www.vivaleitura.com.br. Acesso em 08. jul.2006.

BILAC, Olavo; COELHO NETO, A. **Contos pátrios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p.95.

BILAC, Olavo. A Pátria. In: _____. **Poesias infantis**. 17.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1949. p.123-4.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Companhia Distribuidora de Livros, 1955.

COELHO, Nelly Novaes. Da teoria a análise do texto. In: _____. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991, p.127-129.

COELHO, Nelly Novaes. A Literatura Infantil: abertura para a formação de uma nova mentalidade. In: _____. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991, p.24.

CUNHA, Maria Antonieta. Literatura para crianças no Brasil. **Discutindo Literatura Especial**. São Paulo, v.1, n.3, p.6-7, jun.2008.

DIEGUEZ, Flávio. Era uma vez. **Discutindo Literatura Especial**, São Paulo, v.1, n.3, p.6-7, jun.2008.

DIONISIO, Maria de Lourdes. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção do leitor cosmopolita. In: PAIVA, A. (Orgs.). **Leituras Literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2008. p.49.

FERREIRA, LÉO Pires. Por que ler Monteiro Lobato? **Jornal de Londrina**, Londrina, 17 de abr. 2009. Caderno Ponto de Vista, p.2.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Art. Méd., 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 38.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. Literatura. In: SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles; Jr. GERIRALDELLI, Paulo (Org.). **Humanidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.135-138.

KHÉDE, Sonia Salomão. Personagens das primeiras histórias para crianças. In: _____. **Personagens da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo. 1986. p.50-55.

LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira**: história e histórias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LOBATO, Monteiro. **Hans Staden**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1956. p.43.

LOBATO, Monteiro. **O Poço do Visconde**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOBATO, Monteiro. **A Reforma da Natureza**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOBATO, Monteiro. **Memórias de Emilia e Peter Pan**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. p.97-98.

LOBATO, Monteiro. **América**. São Paulo: Globo, 2009. p.60.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura e conscientização. In: _____. **Leitura na escola e na biblioteca**. 8.ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p.25.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Conferências sobre leitura – trilogia pedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, p.10.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura escolar: e questão de suas finalidades. In: _____. **Elementos de pedagogia da leitura**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura; uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro (orgs). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo; Ática, 1988.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. (orgs). Leitura; por que a interdisciplinaridade? In: _____. **Leitura: perspectivas Interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1988. p.11-16.